



LUCIANA ALLAN

Diretora do Instituto Crescer para a Cidadania e doutora pela Faculdade de Educação da USP

Uma nova reforma para um novo país

Aumentaram — sem sombra de dúvidas — as chances de vivenciarmos uma grande mudança na educação brasileira. Isso porque, recentemente, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou diretrizes importantes para o Ensino Médio, sinalizando mudanças significativas nas escolas públicas e privadas brasileiras.

Com esta iniciativa, que só depende agora de aprovação do ministro da Educação, as instituições terão muito mais autonomia para planejar, definir e estruturar a grade curricular, as atividades e as formas de avaliação, constituindo, então, um projeto pedagógico mais eficaz e de acordo com as necessidades da comunidade envolvida.

Uma escola localizada em Paraty, no estado do Rio de Janeiro, poderá, por exemplo, preparar jovens para o mercado cultural da cidade, impulsionado, entre outras atividades, pela Feira Internacional do Livro de Paraty. Já uma escola situada em Jundiaí, no estado de São Paulo, pode direcionar as suas atividades para o segmento tecnológico, investindo em disciplinas relacionadas, como física e química. Desta forma,

os estudantes recebem uma orientação mais contextualizada, preparando-se para um crescente mercado desta cidade.

Uma outra área importante é a Ciência. Imagine, por exemplo, um aluno de uma escola da cidade de Campinas, considerada um dos mais importantes pólos de Ciências do estado de São Paulo, ter a oportunidade de aprofundar os seus conhecimentos para trabalhar futuramente na área?

Um país que qualifica, prepara e orienta o jovem certamente terá muitos benefícios no longo prazo. A sociedade ganha ao reconhecer e valorizar o potencial de seus protagonistas

O cenário é muito positivo e promissor. Mas, tudo precisa ser feito com calma. Por meio de assembleias e reuniões pedagógicas, as escolas devem estabelecer um contínuo diálogo com pais, mestres e alunos, com o objetivo de avaliar e reavaliar constantemente a sua vocação educacional.

Com este cuidado e determinação, ao longo dos anos, prepararemos, com base em análises e planejamentos, uma mão de obra qualificada, suprimindo os déficits existentes, e impulsionando a nossa economia de forma eficaz e sustentável.

E mais do que isso: geraremos um maior interesse dos jovens em estudar, repaginando uma realidade, até então, negativa. Pesquisa de 2009 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) mostra, por exemplo, que 40% dos jovens de 15 a 17 anos abandonaram a escola por desinteresse.

Se uma sala tiver, por exemplo, 40 alunos, 16 deles não irão completar as atividades escolares. Trata-se de um índice muito alto, que vem, certamente, acompanhado de falta de esperança e motivação reduzida. Fatores que podem, sem dúvida alguma, se reverterem em ações positivas, se as reformas do Conselho Nacional de Educação (CNE) forem aplicadas com eficácia.

Enfim, as possibilidades são ótimas e o cenário motivador. Um país que qualifica, prepara e orienta o seu jovem, certamente terá muitos benefícios no longo prazo. Afinal, ganham as escolas, que se tornam mais relevantes; ganham os alunos, que se preparam para a realidade; e ganha a sociedade, que passa a reconhecer e valorizar o potencial de seus protagonistas. ■